

Rivania Selma de Campos Ferreira

De: Marcelo de Almeida Frota
Enviado em: segunda-feira, 19 de julho de 2021 13:11
Para: Rivania Selma de Campos Ferreira
Assunto: Enc: Oficio nº 30/2021 - PLN 3/21 - Veto - Nominal
Anexos: OF nº 30 21 - PLN 3 - Veto - Votacao Nominal.pdf

De: Sen. Rodrigo Pacheco
Enviado: segunda-feira, 19 de julho de 2021 09:44
Para: Marcelo de Almeida Frota
Assunto: ENC: Oficio nº 30/2021 - PLN 3/21 - Veto - Nominal

De: [SDR] Dep. GUIGA PEIXOTO [mailto:sdr.guigapeixoto@camara.leg.br]
Enviada em: domingo, 18 de julho de 2021 15:28
Para: SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional <slcn@senado.leg.br>; Sen. Rodrigo Pacheco <sen.rodrigopacheco@senado.leg.br>
Assunto: Oficio nº 30/2021 - PLN 3/21 - Veto - Nominal

Boa tarde,

Prezado (a),

Encaminho em anexo o Oficio nº 30/2021 do senhor Deputado Federal Guiga Peixoto (PSL/SP) aos cuidados do Excelentíssimo Senhor Senador da República Rodrigo Pacheco, Presidente do Congresso Nacional, referente à solicitação de votação nominal ao veto presidencial relativo ao inciso XXVII, do art. 12, do PLN 3/2021, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2022.

Desde já agradeço pela atenção.



Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Federal Guiga Peixoto

OF./Gab nº 030/2021

Brasília, 18 de julho de 2021.

Ao Excelentíssimo Senhor

Rodrigo Otavio Soares Pacheco

Presidente do Congresso Nacional

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Precedido dos cumprimentos de praxe, venho à presença de Vossa Excelência solicitar que se digne a adotar medidas para **garantir que sejam apreciadas de forma NOMINAL todas as deliberações referentes ao póster Veto presidencial que tenha por objeto o inciso XXVII, do art. 12, do PLN nº 3/2021** que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2022.

Isto porque, nos termos previstos no §1º do art. 66 da Constituição Federal, compete ao Presidente da República vetar projeto no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vez que através da iniciativa parlamentar e do poder de emendar, são adotados projetos de leis, no Parlamento, inadequados ou incompatíveis com o programa governamental, os quais, convertidos em lei, importam em desvio ou elemento perturbador do plano de governo. O veto, nesse caso, atua como um fator corretivo no viés de impedir que tais leis venham desarticular sua programação (SILVA, 2017, p. 223-224).

Tem-se que, uma vez vetado determinado projeto de lei pelo Presidente da República, compete ao Congresso Nacional deliberar o veto dentro de trinta dias corridos, a contar do seu recebimento, só podendo este ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos deputados e senadores, ou seja, 257 votos de deputados e 41 votos de senadores, em **votação nominal aberta**, consoante a Emenda Constitucional nº 76/2013. Uma vez registrada quantidade inferior de votos pela rejeição em umas das Casas, o veto deve ser mantido (art. 66, §4º, CF e art. 43 do RCCN).

Outrossim, o Regimento Comum do Congresso Nacional em seu art. 46, *in fine*, c/c art. 106-B, *caput*, determina que a apreciação de veto deve se dar por **votação nominal**, em regra, por meio de cédula que permita a apuração eletrônica.



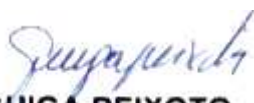
Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Federal Guiga Peixoto

Com efeito, tem-se que uma vez apresentado veto presidencial ao inciso XXVII, do art. 12, do PLN nº 3/2021, urge a necessidade de observância dos ditames estabelecidos nos artigos 43, art. 46, art. 106-B, do RCCN c/c art. 66, §§, da CF, que disciplinam o processo de deliberação do veto presidencial, mormente quanto ao cumprimento de apreciação pelo sistema de votação nominal dado à sensível importância do tema.

Destarte, é inquestionável a importância deste ponto, qual seja, **o gasto descomunal e deplorável na cifra de R\$ 5,7 bilhões com a dotação destinada ao Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) em 2022**. Tônica esta que não pode ser suscetível de flexibilização em apreciação simbólica pelo Congresso Nacional, urgindo a necessidade de deliberação rigorosa sob o crivo do sistema de votação nominal.

Nestes termos, solicito à Vossa Excelência que se digne a garantir a observância normativa dos preceitos contidos nos arts 43, art. 46, art. 106-B, do RCCN c/c art. 66, §§, da CF, os quais impõem a votação pelo sistema nominal dos vetos presidenciais.

No aguardo de um posicionamento, agradeço antecipadamente a atenção e, na certeza de que Vossa Excelência determinará as providências necessárias, subscrevo-me com apreço e distinta consideração.


GUIGA PEIXOTO
Deputado Federal
PSL/SP



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

DESPACHO 44/2021

Juntem-se à página oficial da tramitação das proposições legislativas as cópias eletrônicas de manifestações externas, conforme listagem a seguir exposta:

1. PL nº 4364 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.074160/2021-08
2. PL nº 1615 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.073086/2021-02
3. PL nº 1853 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.076696/2021-50
4. PL nº 2159 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.073231/2021-47
5. PLC nº 58 de 2018. Documento SIGAD nº 00100.073801/2021-07
6. MPV nº 1040 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.079320/2021-05
7. VET nº 42 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.081488/2021-72
8. PL nº 449 de 2016. Documento SIGAD nº 00100.0799570/2021-93
9. VET nº 38 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.079956/2021-49
10. PL nº 5595 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.081482/2021-03
11. PLC nº 80 de 2018. Documento SIGAD nº 00100.081045/2021-81
12. PL nº 2105 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.081039/2021-24
13. PL nº 3739 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.081014/2021-21
14. MPV nº 1040 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.078720/2021-95
15. PLP nº 32 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.081011/2021-97
16. PLP nº 33 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.081011/2021-97
17. PL nº 1853 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.081744/2021-21
18. PL nº 2505 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.081048/2021-15
19. VET nº 43 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.081564/2021-40
20. PDL nº 342 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.082248/2021-95
21. PL nº 2159 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.081573/2021-31
22. PL nº 2633 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.081573/2021-31
23. PEC nº 8 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.081723/2021-14
24. PL nº 662 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.081733/2021-41
25. PL nº 2159 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.081756/2021-56



26. MPV nº 1045 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.081765/2021-47
27. PLC nº 151 de 2015. Documento SIGAD nº 00100.082246/2021-04
28. PEC nº 188 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.082244/2021-15
29. PL nº 823 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.065355/2021-59
30. PLN nº 3 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.075895/2021-41
31. PLN nº 3 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.077846/2021-42
32. PLN nº 3 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.077946/2021-79
33. PLN nº 3 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.074544/2021-12
34. PLN nº 3 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.073809/2021-65
35. PLN nº 3 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.078728/2021-51
36. PLN nº 3 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.074518/2021-94
37. PLN nº 3 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.079502/2021-78
38. PLN nº 3 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.079323/2021-31
39. PLN nº 3 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.079958/2021-38
40. PLN nº 3 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.080097/2021-31
41. PLN nº 3 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.080101/2021-61
42. PLN nº 3 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.080616/2021-61
43. PLN nº 3 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.082321/2021-29
44. PLN nº 3 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.082325/2021-15
45. PLN nº 3 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.081729/2021-83
46. PLC nº 151 de 2015. Documento SIGAD nº 00100.047437/2021-11
47. PLN nº 28 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.021294/2020-37
48. VET nº 37 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.076302/2021-63
49. MPV nº 1034 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.029498/2021-05

Secretaria-Geral da Mesa, 17 de agosto de 2021.

(assinado digitalmente)
JOSÉ ROBERTO LEITE DE MATOS
Secretário-Geral da Mesa Adjunto

